O impacto da agricultura itinerante no bem-estar das populações rurais e nos ecossistemas naturais e semi-naturais de Timor-Leste

Maria Jesus,¹, Pedro Henriques,² Pedro Laranjeira,³ Vanda Narciso⁴

Introdução

Nos países tropicais assiste-se todos os anos, à destruição de milhares de hectares de floresta e de matos em consequência da prática de agricultura itinerante "slush and burn", "shifting cultivation" ou "swidden agriculture". Esta actividade introduz uma alteração nos ecossistemas pela destruição do coberto vegetal.

A agricultura itinerante é um tipo de sistema agrícola tradicional, adoptado historicamente nos ecossistemas de florestas tropicais, em que o ser humano faz o corte da floresta, queimando os resíduos como preparo da terra para o cultivo de subsistência. A produção de alimentos é feita por 2 a 3 anos e, posteriormente, essa área é abandonada, tornando-se assim improdutiva. Muitas vezes, nos terrenos abandonados estabelece-se a floresta secundária, podendo esse terreno voltar a ser utilizado para o cultivo após dez a vinte anos.

Este tipo de agricultura envolve a deslocação dos sítios de cultivo, sendo, nas suas formas mais tradicionais e culturais, um modo de agricultura ecologicamente viável e economicamente racional desde que as densidades populacionais sejam baixas e os períodos de pousio suficientemente longos para manter a fertilidade dos solos. Este tipo de agricultura é, na sua essência, uma forma de exploração da terra com rotações de longo prazo, sendo a floresta secundária um dos elementos da rotação.

Na perspectiva da intensidade de uso da terra, os sistemas de agricultura itinerante são bastante influenciados pela densidade populacional. O cultivo contínuo marca o fim da agricultura itinerante. A densidade populacional é a força motriz na transformação da agricultura itinerante em formas de agricultura permanente. Esta, ao reduzir a fertilidade dos solos, necessita da adopção de novas tecnologias em que os factores de produção modernos são essenciais à manutenção da produtividade.

Numa perspectiva mais alargada, os tipos de agricultura itinerante variam de acordo com a vegetação inicial (floresta primária; floresta secundária, matos e agro-floresta; e prados, pastagens e savanas), o tipo de utilizadores (comunidades indígenas; colonos; e fazendeiros), a vegetação final (floresta secundária; pastagens; e culturas permanentes e agro-florestais), e a dimensão do pousio da terra (sem pousio ou ciclo contínuo; pousio curto – 1 a 2 anos; pousio médio – 3 a 8 anos; pousio longo – mais de 8 anos) (Fujsaka e Escobar 1997).

A agricultura tradicional timorense é classificada em agricultura sobre queimada (também designada por "ladang"), extensiva, quase itinerante, com longos pousios (que podem atingir dez anos ou mais), sempre em regime de sequeiro, à excepção da cultura do arroz que é feita em várzeas irrigadas (o "sawah" malaio) (Tomás 1973).

Desde um passado longínquo, houve uma transformação contínua dos ecossistemas naturais em formas de agricultura itinerante por parte das populações de Timor-Leste. A agricultura itinerante, uma das actividades principais dos agricultores Timorenses, ainda hoje é praticada como agricultura de subsistência, sendo o milho, o feijão, a mandioca, a batata-doce e a abóbora as principais culturas anuais. Identificada com as culturas de horta, a agricultura itinerante não implica a deslocação da povoação ou do local de habitação, mas somente a deslocação para novos terrenos de cultivo de pertença da família, normalmente localizados nos domínios da aldeia.

A transformação dos ecossistemas naturais intensificou-se desde o final do Século XIX, com o derrube de muitas florestas para a introdução de culturas permanentes ou de plantação, das quais

1

¹ Técnica Superior de Agricultura, Díli, Timor-Leste.

² CEFAGE e Departamento de Economia - Universidade de Évora.

³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dili, Timor-Leste.

⁴ Investigadora independente.

sobressaem o café, o coco, a borracha, a canela, o cacau e a pimenta. Muitas destas culturas estavam enquadradas num sistema de exploração quase agro-florestal, de exploração contínua e que nos dias de hoje, devido à sua importância económica, ainda assumem relevo o coco e principalmente o café.

Não existem dados oficiais sobre este tipo de agricultura em Timor-Leste, mas se olharmos para a área (cerca de 90.000 ha) e para o número de famílias (cerca de 70% do total de famílias) que cultivam a principal cultura itinerante, o milho, ficamos com uma ideia da importância sócio económica deste sistema de agricultura em Timor-Leste.

Por exemplo, no inventário florestal feito no distrito de Bobonaro, cerca de 66% das parcelas da amostragem demonstram a evidência de corte das florestas, cerca de 23% das parcelas da amostragem possuem agricultura itinerante e 19% apresentam sinais de queimadas (Laranjeira et al. 2010; Marques et al. 2010).

O solo, o clima e a orografia são factores determinantes na ocupação vegetal e exploração agrícola dos recursos naturais do território de Timor-Leste. Sendo a agricultura itinerante uma das formas de exploração humana deste território, as suas consequências estão muito dependentes da conjugação daqueles três elementos. A orografia é desfavorável para as actividades agrícolas.

A agricultura itinerante, praticada pela maioria dos agricultores Timorenses, ao ter um impacto substancial no coberto vegetal, potencia a erosão e reduz a fertilidade dos solos, os recursos hídricos e a sustentabilidade ambiental de longo prazo. A taxa de desflorestação do território é muito elevada, estimada em cerca de 1,1% por ano.

Com este trabalho pretendemos caracterizar e relevar a importância sócio económica da agricultura itinerante para as populações rurais do território, e, ainda que sumariamente, identificar os seus impactes na sustentabilidade ambiental dos ecossistemas do país e referir as soluções para minorar os seus impactes negativos.

A metodologia utilizada baseou-se na recolha de informação bibliográfica relevante sobre o tema e na realização de um inquérito por questionário a agricultores itinerantes do sub-distrito de Atabae, distrito de Bobonaro. Este questionário caracterizou a agricultura itinerante e ouviu a opinião dos agricultores sobre os efeitos da mesma.

A agricultura itinerante em Timor-Leste

No presente, a maioria da população de Timor-Leste está envolvida na agricultura de altitude utilizando práticas de agricultura itinerante. Dependendo da mão-de-obra disponível, cada família ocupa em média entre 1 e 2 hectares, utilizando 2 a 3 parcelas. Algumas das áreas cultivadas situam-se em solos férteis ao longo dos rios ou riachos, mas a maioria está localizada nas encostas. Cerca de 60% da área cultivada anualmente encontra-se em zonas com declive e portanto sujeita à erosão (RDTL 2009).

As culturas mais comummente plantadas são o milho, a mandioca, o feijão e alguns vegetais. O período de cultivo dura cerca de 3 anos, sendo depois a terra abandonada para pousio por alguns anos, após o que é novamente cultivada sem medidas apropriadas de conservação. Quase todas as famílias fazem horta anualmente, mas a horta feita num ano, nunca é a única fonte de alimentação. Dado que o mesmo terreno pode ser cultivado pelo menos dois a três anos seguidos, a família conserva em cultura duas ou três das parcelas antigas.

A Tabela 1 indica o número e a percentagem de famílias que produzem as diferentes culturas, verificando-se que as culturas identificadas com a agricultura itinerante, milho, mandioca, vegetais e culturas temporárias, são produzidas por mais de 50% das famílias timorenses.

		% de Famílias que produzem
	Famílias a Produzir	cada cultura
Arroz	60.966	31,3
Milho	131.516	67,5
Mandioca	134.233	68,9
Vegetais	103.779	53,2
Frutos Temporários	124.766	64,0
Frutos Permanentes	131.854	67,6

Tabela 1 - Famílias a produzir as diferentes culturas

Café	66.679	34,2
Coco	116.562	59,8
Outras Culturas Temporárias	118.163	60,6
Outras Culturas Permanentes	127.569	65,4
Total de Famílias	194.962	100,0

Fonte: DNE, 2006

Assim, a maior extensão de terras cultiváveis continua a ser sob o sistema de "shifting cultivation", cultivo sobre queimadas, um processo aplicado quase sempre nas hortas. A base deste tipo de agricultura consiste no pesado trabalho de derrube das árvores e arbustos, efectuado por homens durante a estação seca (Agosto/Setembro). Depois de lhes lançarem o fogo, fazem a vedação com sebes, circundando os terrenos cultivados, para os proteger da acção nociva dos animais domésticos e silvestres. Ao homem compete ainda fazer as sementeiras e as colheitas, enquanto a mulher pode ajudar naquelas e executar as mondas (Brito 1971).

Em 1977, Metzner refere a existência de dois tipos de agricultura itinerante em Timor: a "fila rai" e a "lere rai", os quais correspondem aos processos de preparação do solo descritos e identificados por Brito (1971) e Tomás (1973). O mesmo autor refere que a diferença entre os tipos itinerantes reside no facto de a primeira ser um sistema mais antigo (menos evoluído) que intercala a rotação das culturas, com períodos de pousio de dimensão variada, usada em solos recentemente desflorestados que não necessitavam de matéria orgânica, enquanto a segunda resulta do aumento da pressão populacional que leva a agricultura a adaptar como técnica uma espécie de lavoura do solo, envolvendo no geral seis a oito pessoas, trabalhando lado a lado e usando instrumentos incipientes como ferramentas para o trabalho do solo.

Ao longo da costa sul, onde há duas épocas de chuva por ano (Dezembro-Março e Maio-Julho), é possível fazer uma segunda cultura em cada ano; por isso fazem-se novas queimadas durante o *uailoro-kiic* ou verão pequeno, isto é, o intervalo entre as duas épocas de chuva, que corresponde aproximadamente ao mês de Abril. Nesta região, uma das colheitas é, em regra, destinada ao consumo doméstico, e a outra, se possível, é comercializada (Tomás 1973).

As vantagens da consociação no mesmo terreno de culturas diferentes são a defesa quase instintiva contra as irregularidades da chuva. Como as culturas não são igualmente susceptíveis às variações de pluviosidade, as crises alimentares são minoradas, podendo, em certa medida, fazer-se a substituição de uns produtos agrícolas por outros (Brito 1971).

O questionário aplicado a agricultores itinerantes do sub-distrito de Atabae, distrito de Bobonaro, permite-nos dizer que não houve alterações significativas no processo de agricultura itinerante descrito acima e praticado durante a ocupação colonial portuguesa. A actividade de corte e derrube da floresta é praticada pela quase totalidade dos agricultores (87,1%) há pelo menos mais de 10 anos. As terras utilizadas na agricultura itinerante são um misto de terras novas e terras anteriores (51,6%), havendo 32,3% dos agricultores a referirem que só utilizam terras anteriores e 16,1% a dizerem que só utilizam terras novas. As terras sujeitas a corte e derrube estão localizadas na aldeia de residência dos agricultores a uma distância média de 2 km e a propriedade da terra é individual (51,6%) e do estado (35,5%).

Os critérios de selecção dos locais para agricultura itinerante são dominados pelos melhores solos, floresta densa e o regresso a locais anteriores, referidos por 71,0%, 58,1% e 48,4% dos inquiridos, respectivamente. O tipo de vegetação sujeita a corte e derrube é dominada pela floresta densa (61,3%) e pelas ervas (45,1%). O corte e derrube da floresta é feito pelo grupo familiar (61,3%), individualmente (25,8%) e pela comunidade (12,9%). Os agricultores cortam e derrubam uma área média de 1,7 ha, sendo que cerca de 50% dos agricultores cortam e derrubam uma área inferior a 1 ha. Todos os agricultores possuem parcelas de terra que abandonam, havendo 71% dos agricultores que referem possuir parcelas que nunca deixam de cultivar, normalmente as localizadas junto à habitação. Os agricultores que não possuem parcelas de horta fixa (29%) são aqueles que contribuem para um maior desbaste de áreas florestais e de mato.

A preparação do solo começa com a queima dos resíduos antes da sementeira, quer nos terrenos novos quer naqueles que os agricultores cultivam há vários anos. Na sementeira é utilizada a alavanca "becin-suac" para abrir os buracos onde se colocam as sementes. As culturas dominantes são milho,

mandioca e abóbora (\approx 90%) num primeiro nível de importância, depois batata-doce e amendoim (\approx 40%) num segundo nível e arroz de sequeiro e tunis (\approx 20%) num terceiro nível de importância.

O número médio de anos de agricultura no mesmo terreno é de cerca de 5,7 anos, valor médio superior aos 3 anos referidos na literatura para Timor-Leste (RDTL, 2009). A distribuição dos agricultores pelas classes do número de anos de utilização dos terrenos - até 3 anos, entre 3 e 6 anos e mais de 6 anos-, é idêntica.

Depois da agricultura itinerante, cerca de metade dos agricultores diz que procede à rearborização dos terrenos com teca e os restantes referem que os abandonam. Relativamente ao futuro, a maioria dos agricultores (61%) não manifestou intenção de aumentar a área de agricultura itinerante enquanto 29% manifestaram intenção de expandir a área destinada à agricultura itinerante.

Segundo Egashira et al., (2006), no passado a agricultura itinerante foi bem praticada pelos agricultores timorenses com uma gestão sustentável dos solos e com períodos de pousio longos, podendo chegar aos 15 anos. Contudo, o período de pousio foi reduzido, devido à limitação na disponibilidade de terra causada, principalmente, por um aumento crescente de população. O derrube e a queima permanecem, mas sem deslocação para novas terras, resultado da conversão da agricultura itinerante em cultivo contínuo.

De forma esquemática, a utilização do solo para a agricultura itinerante em Timor-Leste pode ser representada através do Diagrama 1. Esta utilização do solo pode dividir-se em três etapas: derrube e corte, utilização do solo para agricultura e abandono da terra. A seguir ao derrube e corte de florestas e matos, faz-se a queima dos resíduos como preparação para a sementeira. Os terrenos são cultivados vários anos, findo os quais, os agricultores os voltam a abandonar por períodos longos, para que se possa restaurar a fertilidade do solo através do crescimento da floresta secundária.

Floresta e matos derrube e corte uso dos materiais

queima dos resíduos sementeira e colheita cultivo vários anos
reutilização do solo
abandono 1º ano abandono vários anos
floresta secundária

Diagrama 1 – Etapas da agricultura itinerante

Para além do rendimento obtido pelas culturas agrícolas, os materiais resultantes do corte e derrube da floresta são utilizados pelos agricultores para uso doméstico (lenha, materiais de construção e vedação das suas áreas de cultivo) e alguns deles são vendidos no mercado.

Problemas da agricultura itinerante em Timor-Leste

Em Timor-Leste, a prática da agricultura itinerante tem tido efeitos negativos directos sobre a área florestal e a biodiversidade, a fertilidade e produtividade do solo, e a quantidade e qualidade dos recursos hídricos, além de um conjunto de efeitos sobre os bens e serviços produzidos pela floresta. Estes efeitos, não detalhados por limitações de espaço, podem ser contextualizados numa esfera local, regional e global.

No âmbito local, interessa a produtividade do sistema agrícola itinerante para satisfazer as necessidades básicas de subsistência e de rendimento, assim como a sua sustentabilidade de longo prazo que inclui os riscos de pluviosidade e de doenças e pragas; a nível regional, importam as funções desempenhadas pelas bacias hidrográficas no abastecimento de água e na prevenção de cheias e

desastres naturais; e globalmente, deve referir-se o sequestro de carbono e a biodiversidade (Jong et al. 2001).

A agricultura itinerante ao derrubar a floresta tem um efeito negativo directo sobre os bens e serviços produzidos pela floresta e utilizados no dia-a-dia, nos quais sobressaem por ordem de importância dada pelos agricultores, a lenha, os materiais de construção, a madeira, a caça e as plantas medicinais.

Os agricultores consideram que o corte e derrube da floresta exercem um efeito negativo sobre os bens e serviços produzidos pelas florestas através de alteração do regime de chuvas e de água das nascentes, perda de terra, alteração do clima, redução dos animais e plantas selvagens e dos produtos apanhados na floresta.

Soluções para a agricultura itinerante em Timor-Leste

Os sistemas agrícolas tradicionais de agricultura itinerante foram desenvolvidos pelos agricultores para melhor utilizar os recursos do solo disponíveis e as sequências climáticas. O objectivo foi e é a produção de alimentos para o sustento dos agregados familiares e, no caso de haver excedentes, a sua venda nos mercados.

A prática da agricultura itinerante em Timor-Leste ocorreu durante um longo período de tempo e passou por uma série de experiências que foram transmitidas de geração em geração. Na maioria dos casos, o sistema tradicional de agricultura itinerante é ecologicamente estável e funciona, desde que os agricultores estejam dispostos a permanecer num nível próximo do de subsistência (Viegas 2003). Um aumento do bem-estar - que significa uma melhoria na produção de bens agrícolas-, exige uma melhoria na produtividade, mesmo nos solos em que a queda de produtividade não ocorre rapidamente.

Nesta perspectiva importa encontrar soluções capazes de viabilizar, para a maioria dos camponeses, a produção de alimentos nas áreas montanhosas, considerando, à partida, que o problema não é estritamente técnico, mas tem uma componente humana fundamental, havendo que encontrar soluções não apenas sustentáveis, mas que respondam directamente às preocupações das populações.

A maioria dos agricultores tem a percepção que perdem alguma coisa com o corte e derrube da floresta, o que poderá indiciar a sua pré-disposição para aceitar mudanças na sua forma de fazer a agricultura tradicional, certamente desde que essas mudanças não ponham em causa a sobrevivência do seu agregado familiar.

Na realidade sócia económica de Timor-Leste, a aplicação de soluções técnicas – reflorestação e gestão florestal, *mulching* e proibição da agricultura itinerante- não é suficiente dada a complexidade da organização política e social das diferentes comunidades que compõem o seu mundo rural. Nas soluções integradas, modelo Amarasi (Jones 1983) e modelo de Dare (RDTL 2005), as soluções técnicas para melhorar a agricultura itinerante, são apresentadas e tratadas com a comunidade em que são elementos fundamentais a participação e a responsabilização dos elementos da comunidade e a valorização económica e social dos bens produzidos pelas actividades agrícolas e florestais por toda a comunidade.

Bibliografia

Boserup, E.1981, Population and Technology, Basil Blackwell, Oxford.

Brito, Raquel Soeiro de 1971, 'Ocupação do Solo no Timor Português', *Geographica*, ano VII, Lisboa, Sociedade de Geografía, 27, Julho, pp. 1-28.

Conklin, HC 1957, Hanunóo agriculture, FAO Forestry Development Paper 12, FAO, Rome.

DNE 2006, Census da população, Direcção Nacional de Estatística.

Egashira, Kazuhiko, Marçal Gusmão e Kiyoshi Kurosawa 2006, 'The Present and Future Land Management in East Timor – from "Slush and Burn" to "Slush and Mulch,' *J. Fac. Agr., Kyushu Univ.*, 51 (2): 367–372.

Fujsaka, Sam e German Escobar 1997, *Towards a partial classification of slash and burn agricultural systems*, Rural Development Forest Network, CIAT, Cali.

Gonçalves. M. M. 1963, O Problema da Erosão Em Timor, Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar.

Jones, Paul H. 1983, Lamtoro and The Amarasi Model from Timor, *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, 19(3): 106-112.

Jong, W., M. Sirait e N. Liswanti 2001, Farming secondary forests in Indonesia, *Journal of Tropical Forest Science*, 13(4): 705-726.

Lança, Augusto e António Parreira 2006, A agricultura de montanha em Timor-Leste, Esporo, 76: 6-7.

- Laranjeira, P., Ferreira, M., Marques, P. C. e Aranha, J. T. M. 2010, Monitorização do espaço florestal de Timor-Leste através de Sistemas de Informação Geográfica e Detecção Remota. Caso de estudo nos distritos de Bobonaro e de Covalima. My ESIG 2010. Oeiras, Portugal.
- Marques, P. C., Fonseca, T., Ferreira, M e Laranjeira, P. 2010, *Primeiro Inventário Nacional de Floresta de Timor-Leste em Dsitrito de Bobonaro e de Covalima*, Universidades de Trás-os- Montes e Alto Douro.
- Metzner, J. 1977, 'Man and environment in Eastern Timor', *The Development Studies Centre*, Monograph 8., The Australian National University, Canberra, pp. 1-377.
- Mota, F. 2002, *Timor-Leste: As novas Florestas do Pais*, Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Geral de Agricultura, Divisão de Florestas.
- RDTL 2005, *Avaliação preliminar da governação e gestão dos recursos da comunidade*, Programa de Legislação de Terras de Timor-Leste, Díli.
- ---2009, Programa de acção nacional para combater a degradação dos solos, Díli.
- Raintree, J. B. e K. Warner 1986, 'Agroforestry pathways for the intensification of shifting cultivation', *Agroforestry Systems*, 4: 39-54.
- Richards, P. 1985, Indigenous Agricultural Revolution, Hutchison, London.
- Tomás, Luís Filipe R. 1973, 'Vida Rural Timorense', *Geographica*, ano IX, Lisboa, Sociedade de Geografia, 33: 3-26.
- Viegas, Edmundo 2003, *Agricultural Mechanization for a Sustainable Development of East Timor*, East Timor Study Group (ETSG), Working Paper: 06.